



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subcomissão Especial Rio+20
Frente Parlamentar Ambientalista

Ciclo de Palestras e Debates
para a **RIO+20**

ECONOMIA VERDE

Brasília – 2012

Mesa da Câmara dos Deputados
54ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente: Marco Maia

1ª Vice-Presidente: Rose de Freitas

2º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte

1º Secretário: Eduardo Gomes

2º Secretário: Jorge Tadeu Mudalen

3º Secretário: Inocêncio Oliveira

4º Secretário: Júlio Delgado

Suplentes de Secretários

1º Suplente: Geraldo Resende

2º Suplente: Manato

3º Suplente: Carlos Eduardo Cadoca

4º Suplente: Sérgio Moraes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subcomissão Especial Rio+20
Frente Parlamentar Ambientalista

**Ciclo de Palestras e Debates para a Rio +20
em Busca de uma Economia Sustentável**

ECONOMIA VERDE

Conferência das Nações Unidas sobre
Desenvolvimento Sustentável – Rio+20



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)

Presidente: Deputado SARNEY FILHO
Vice-Presidente: Deputado MÁRCIO MACÊDO
Relator: Deputado RICARDO TRIPOLI

TITULARES



Sarney Filho
PV/MA



Márcio Macêdo
PT/SE



Leonardo Monteiro
PT/MG



Ricardo Tripoli
PSDB/SP



Giovanni Cherini
PDT/RS



Fernando Jordão
PMDB/RJ



Valdir Colatto
PMDB/SC



Rebecca Garcia
PP/AM



Filipe Bornier
PSD/RJ



Givaldo Carimbão
PSB/AL

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES
DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (RIO +20)**

SUPLENTES



Fernando Ferro
PT/PE



Marina Santanna
PT/GO



Antônio Roberto
PV/MG



**Antonio Carlos Mendes
Thame (PSDB/SP)**



**Bernardo Santana de
Vasconcellos (PR/MG)**



Miro Teixeira
PDT/RJ



Augusto Carvalho
PPS/DF

PREFÁCIO

Com grande contentamento apresento aos leitores esta publicação que resume a participação de brasileiros, nas cinco regiões do País, comprometidos com uma das causas mais relevantes da agenda internacional, que é o alcance da sustentabilidade ambiental e social das ações humanas.

Todos nós estamos sentindo, em nosso cotidiano, os efeitos perversos do mau uso que nossa civilização tem feito dos recursos naturais e dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.

Corrigir o curso da economia, tendo em vista menor impacto sobre o ambiente e mais justiça no usufruto das benesses do crescimento econômico, é objetivo do mais alto relevo a ser debatido na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rio+20.

Como tornar viável o entendimento entre os diversos países a respeito de suas contribuições para que essa nova economia ganhe escala e se sustente no ambiente de enorme interdependência comercial que hoje vivemos, é outro desafio colocado para a Conferência.

A Câmara dos Deputados não poderia furtar-se a participar de evento de tamanha envergadura e mais que isso, a colaborar com o debate da forma mais democrática possível, ou seja, reunindo numa publicação as diversas posições e os alertas de cientistas, dirigentes, parlamentares e sociedade civil de todas as regiões do País sobre os problemas ambientais mais prementes dos biomas em que vivem.

O tema ambiental tem estado em constante debate nos fóruns desta Casa que, além de acolhê-lo como conteúdo formulador de necessárias políticas públicas, o incorporou em seu cotidiano institucional.

Desde 2003, temos em funcionamento e em constante expansão as ações do Comitê de Gestão Ambiental – Eco Câmara, visando a incorporação da sustentabilidade nas atividades administrativas e operacionais da Casa. Nossa meta é ser um polo de excelência na promoção de ações sustentáveis na esfera governamental.

A gestão socioambiental na Câmara dos Deputados tem promovido a sustentabilidade nos novos projetos arquitetônicos e na reforma dos prédios, na redução do desperdício e na promoção do reaproveitamento e da reciclagem dos materiais utilizados nas rotinas administrativas da Casa, na inserção da questão ambiental nos editais de compra e contratação de serviços, no uso sustentável do papel, com orientações para a economia na impressão e com a Pauta Eletrônica, na eficiência energética da tecnologia da informação e no sistema de transporte mais sustentável, com a eco lavagem de sua frota oficial, o novo bicicletário e os ônibus novos movidos a biodiesel, entre outras ações.

Entendo que a incorporação da sustentabilidade à rotina dos processos produtivos de bens e serviços, esverdeando a economia, é algo que nossa geração tem de assumir como a maior de suas responsabilidades.

Nos fascículos dessa publicação, o leitor vai encontrar inúmeras razões para começar suas ações sustentáveis.

De Manaus a Porto Alegre, gente muito preocupada, mas também muito inspirada, irá convencê-lo da urgência do trato dos problemas ambientais brasileiros, se queremos continuar a potência energética e ambiental que temos sido por natureza.

No tempo em que estaremos recepcionando, 20 anos depois da Rio 92, uma nova Cúpula de Meio Ambiente da ONU, nada mais oportuno que termos em mãos diagnósticos e propostas sobre a sustentabilidade ambiental e social do Brasil. Este é o conteúdo desta publicação, o qual desejo que os senhores bem aproveitem.

Deputado Marco Maia (PT-RS)

Presidente da Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

Apresentação	11
Rio+20: Eventos Preparatórios: Brasília - Economia Verde.....	15
Deputada Rose de Freitas	19
Roberto Klabin	19
Deputada Perpétua Almeida.....	20
Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto	21
Hélder Muteia.....	24
Izabella Teixeira.....	29
Sérgio Besserman.....	35
Sandra Rios.....	40
Deputado Alfredo Sirkis	43
Deputado Ivan Valente.....	48
Deputado Fernando Ferro.....	49
Vicente Andreu Guillo	50
Sérgio Besserman.....	51
Sandra Rios.....	52
Deputado Sarney Filho	52
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....	54
Frente Parlamentar Ambientalista.....	56
Agradecimentos	67
Contatos	70



Mesa de Abertura



Auditório Nereu Ramos

APRESENTAÇÃO

Esta publicação apresenta os resultados do Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, os “Encontros Rio+20”, organizados pela Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados dedicada a esta matéria e pela Frente Parlamentar Ambientalista. Os Encontros tiveram o propósito de envolver as várias regiões do Brasil na preparação da Conferência Rio+20 da Organização das Nações Unidas.

Temos a enorme satisfação de apresentar esta publicação ao público brasileiro às vésperas da Rio+20, pois este trabalho revela a varredura que fizemos no País para detectar as percepções das diferentes regiões e biomas quanto às expectativas da sociedade brasileira diante de uma nova Cúpula Mundial, 20 anos depois da Rio 92.

No decorrer dos debates, diversos diagnósticos e propostas para os principais problemas ambientais do País foram surgindo e o material resultante, aqui apresentado, destaca-se pela qualidade das análises e consistência dos argumentos, vindos de cientistas, de dirigentes, de jornalistas, da sociedade civil organizada, da classe política e do público interessado.

Foram cinco os temas debatidos: 1) Biomas; 2) Recursos hídricos; 3) Meio ambiente urbano; 4) Energia; 5) Segurança alimentar. Os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e as alternativas para uma melhor governança, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Os “Encontros Rio+20” foram realizados em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Recife e Porto Alegre, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Em março de 2012, um último Encontro - Em Busca de uma Economia Sustentável – ocorreu em Brasília, na Câmara dos Deputados, com o tema: Economia Verde, objeto desta publicação.

Interessante notar que a Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 1997, exatamente com o objetivo de colocar em prática

os compromissos da Rio-92. Sua peculiaridade, comparada a outras frentes parlamentares, é ser formada por deputados e senadores e o fato de trabalhar em parceria com a sociedade civil e com os setores produtivos mais avançados da economia brasileira na percepção da sustentabilidade.

Desde seu início, a Frente enfatizou a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser tratado de forma transversal no governo, abrangendo todas as políticas públicas, e a necessidade da criação de instrumentos econômicos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, ultrapassando a mera preocupação com comando e controle. Vem atuando, tanto para o nascimento de novas leis ambientais, quanto para evitar, nos últimos anos, o retrocesso da legislação ambiental já consolidada, devido à demanda por crescimento econômico que tem caracterizado o País nos últimos tempos.

A Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, tem atuado, desde sua criação, em consonância, não apenas com a Frente Parlamentar Ambientalista, mas com as outras subcomissões de mesmo conteúdo na Câmara e no Senado, tendo em vista dar relevo aos temas da Conferência na agenda política brasileira.

Com o conteúdo dessa publicação em mãos, ou seja, partindo da realidade ambiental brasileira, esperamos contribuir com os debates que terão lugar durante a Conferência da ONU.

A realização da Rio+20 deve provocar questionamentos em nossa sociedade quanto à necessidade premente do Brasil se envolver mais e mais com as questões globais e, em particular, com as questões ambientais de alcance planetário.

Mesmo que otimistas com o crescimento econômico galgado nos últimos anos, não devemos perder de vista a necessidade de adaptar nossa economia e nossas metas de crescimento ao objetivo maior de descarbonização de nossos processos produtivos, e de ampliarmos nossa visão para uma participação mais coerente na necessária construção de uma governança global.

Vivemos um mundo interligado e cada vez mais interdependente. Essa realidade está expressa no modo como produzimos, como

fazemos nossas transações comerciais, como nos relacionamos culturalmente. Grande parte das tecnologias informacionais e de comunicação, vigentes e potenciais, convergem para aprofundar ainda mais essa realidade.

Se a civilização construiu este estado de coisas por sua evolução histórica, os ecossistemas, ao contrário, foram desde sempre interligados e interdependentes.

Quanto mais interdependentes nos tornamos, e esse é um caminho aparentemente irreversível, mais carentes de governança global nos percebemos.

Esperamos que a Rio+20 seja palco para que se intensifiquem os entendimentos nesse sentido e que a sociedade brasileira, como fez em 1992, mostre-se plenamente comprometida com a sanidade ambiental do Planeta.

Ao passar os olhos pelo conteúdo dessa publicação, o leitor pode apropriar-se do estado atualizado dos problemas ambientais brasileiros, o que irá, certamente, incentivá-lo a apoiar iniciativas de economia verde que ultrapassem interesses econômicos imediatos e iniciativas de negociação que caminhem em direção à uma governança mundial que privilegie a integridade da civilização humana, hoje apenas possível num ambiente de sustentabilidade social e ambiental.

Boa leitura.

Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Líder do Partido Verde, Presidente da Subcomissão Rio+20 da CMADS, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista e da Bancada Federal do Maranhão

Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)

Relator da Subcomissão Rio+20 da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Coordenador do GT FAUNA da Frente Parlamentar Ambientalista e Vice-líder do PSDB na Câmara dos Deputados



Palestrantes Sandra Rios, Helder Muteia, Izabella Teixeira, Sarney Filho, Sérgio Besserman, Paulino Franco e Alfredo Sirkis



Deputado Ricardo Tripoli, relator da Subcomissão Especial Rio +20, e deputado Paulo Piau

RIO+20: EVENTOS PREPARATÓRIOS

BRASÍLIA

27 de março de 2012

ECONOMIA VERDE

Relatoria do evento: Roseli Senna Ganem¹

Economia verde foi um dos dois temas definidos como pauta central da Rio+20, ao lado da governança, tendo em vista que a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento assusta o planeta e coloca a humanidade frente ao desafio mais complexo e inédito da sua história: o de reverter o processo de degradação ambiental cujos impactos atingem a escala global. As mudanças climáticas, a crise de biodiversidade, os desastres naturais, a escassez de água e a fome são faces de um processo perverso que já atinge a porção mais pobre e mais vulnerável da população humana.

Para reverter esse processo, o caminho apontado pelas Nações Unidas é o de discutir o pilar econômico no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Entretanto, ainda não existe uma visão clara do conceito de economia verde. Ainda há muitas questões sem resposta. Afinal, como precificar as externalidades ecológicas e sociais? Como garantir que a economia verde seja inclusiva? Como discutir essas questões em um ambiente que ainda coloca a sustentabilidade como um conceito marginal, que privilegia amplamente a acumulação de capital? Seremos capazes de mudar essa perspectiva, optando por um modo em que continue a haver crescimento, mas em função do desenvolvimento? Como evitar que a economia verde venha a servir como um elemento de barreiras comerciais à produção dos

¹ Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados da área de meio ambiente. Bióloga, Mestre em Ecologia e Doutora em Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília.

países e ao comércio externo dos países em desenvolvimento? Essas e muitas outras inquietações foram colocadas pelos palestrantes e debatedores que ora apresentamos.

Enfatizou-se que a Rio+20 faz parte de um processo histórico. Apesar das dificuldades no campo conceitual, a Conferência poderá dar passos importantes se sair de esboços generalistas e questionar aspectos estruturais do atual modelo econômico, como, por exemplo, o uso do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de desenvolvimento e as dificuldades para elaboração de um instrumento alternativo; os tributos regressivos do ponto de vista ambiental e social e a urgência de se construir um sistema que leve em conta questões como intensidade de carbono e biodiversidade; a não incorporação da perspectiva ambiental nas atividades produtivas e a importância dos investimentos públicos em atividades geradoras de empregos verdes, nas áreas de reflorestamento, recuperação ambiental, energias limpas e renováveis, saneamento, habitação etc.; o não reconhecimento do valor intrínseco dos ecossistemas e a necessária valoração econômica dos serviços ambientais por eles prestados.

Ressaltou-se o papel do Brasil no avanço das discussões. Como sede da Eco-92 e da Rio+20, o País demonstra sua importância no plano do debate socioambiental global. O Brasil é a quinta economia do mundo e possui vantagens comparativas associadas à grande extensão territorial e à disponibilidade de recursos naturais, em especial água e biodiversidade. Portanto, o Brasil tem voz e deve desempenhar bem o seu papel de vanguarda.

Porém, palestrantes e debatedores demonstraram grande preocupação com o iminente retrocesso da legislação ambiental, especialmente a reforma do Código Florestal, que certamente enfraquecerá a liderança brasileira. Salientou-se que a base de recursos naturais que os ambientalistas defendem é a mesma que protege os recursos necessários para o desenvolvimento econômico, em especial para a agricultura.

Por outro lado, afirmou-se que parte da indústria brasileira já se deu conta de que as vantagens comparativas do Brasil no campo ambiental constituem oportunidades. Assim, além de continuar combatendo o desmatamento, o Brasil deve preparar sua estrutura produtiva para uma economia de baixo carbono, mais limpa, por meio de regulação, precificação e oferta de condições de financiamento e de estrutura tributária capaz de estimular a inovação e o desenvolvimento com sustentabilidade.

Os textos abaixo trazem inúmeras indagações e incertezas, mas também a esperança de que, por meio do debate democrático e com base nas informações científicas, é possível avançar nas negociações. Afinal, “esbarramos nos limites do planeta”, mas temos que “preservar aquilo que é sagrado, fundamental para a vida, para que possamos deixar para as próximas gerações um mundo em boas condições, garantindo qualidade de vida para as futuras gerações”.

Fizeram parte da mesa:

- Deputada Rose de Freitas: Presidente em Exercício da Câmara dos Deputados
- Izabella Teixeira: Ministra de Estado do Meio Ambiente
- Deputado Sarney Filho: Líder do Partido Verde e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados
- Deputada Perpétua Almeida: Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- Roberto Klabin: Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica
- Paulino Franco de Carvalho Neto: Representante da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores
- Hélder Muteia: Representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil

- Vicente Andreu: Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA)

Foram palestrantes do evento:

- Paulino Franco de Carvalho Neto: Ministro e Chefe da Divisão do Meio Ambiente da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty
- Hélder Muteia: Representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- Izabella Teixeira: Ministra de Estado do Meio Ambiente
- Sérgio Besserman: Economista, professor e ecologista
- Sandra Rios: Economista

A seguir, apresentam-se o conteúdo das palestras e a participação de parlamentares na abertura e entre as exposições:

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

Vivemos novos tempos no Brasil e no mundo. E a preocupação que todos têm com o meio ambiente já não é a de um grupo seleto de deputados ou de intelectuais ou do setor ligado ao meio ambiente. A Rio+20 reflete uma preocupação mundial, vai procurar definir, para as próximas décadas, a agenda do desenvolvimento sustentável. Essa agenda vai se impor em todos os patamares da vida nacional e vai reverberar fortemente na construção do futuro das próximas gerações. Trata-se de uma pauta permanente, um tratado entre países que deverá ser cumprido fidedignamente por qualquer mandatário, esteja ele no comando de uma Casa de Leis ou no Poder Executivo. O Brasil estará preparado para a Rio+20 não apenas como espectador, mas como um País que pode contribuir de fato.

ROBERTO KLABIN

A história da Rio+20 remete ao primeiro encontro intergovernamental voltado diretamente para o meio ambiente. Apesar de termos muito ainda a caminhar, parece claro que esse processo histórico ajudou a reforçar o entendimento de que os desafios para combater a crise ambiental não estão relacionados apenas com aspectos técnicos, mas também com as questões de justiça social e de responsabilidade política.

Para que não ocorra na Rio+20 o mesmo desencanto do encontro de Johannesburgo, será preciso aprofundar os documentos que estão sendo elaborados no processo de pactuação formal da Conferência. O *Rascunho Zero, Zero Draft*, disponibilizado pelas Nações Unidas em janeiro último, mostra-se extremamente generalista. Não há assunção de compromissos efetivos e claros. A esperança é que novas diretrizes possam ser incluídas e assim se renove o atual quadro de negociações, com propostas mais corajosas.

É preciso ressaltar a importância do Brasil nesse quadro. Fica clara a relevância do País ao sediar dois dos três maiores encontros

ambientais dos últimos 40 anos. Entretanto, o retrocesso pelo qual passa a legislação ambiental certamente enfraquecerá a liderança brasileira. A aprovação do novo Código Florestal, no Congresso Nacional, comprometerá a proteção dos recursos ambientais do nosso território, a preservação da biodiversidade e a proteção dos mangues e de outros ecossistemas. Estão em pauta retrocessos não apenas em relação ao Código Florestal, mas também no que toca à Lei da Mata Atlântica.

A erradicação da pobreza passa diretamente pelo desenvolvimento sustentável, por uma economia que considere a questão ambiental nas ações práticas, e não apenas no discurso.

No plano internacional, além de implementar as decisões dos encontros e conferências já realizados, novas ações também são demandadas. Esboços generalistas como o preparado para a Rio+20 só servirão para postergar ainda mais um processo que precisa ser catalisado. O momento de crise econômica que se espalha no mundo coloca em cheque modelos ultrapassados e pode viabilizar avanços relevantes. Temos de aproveitar essa crise em favor da proteção do meio ambiente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA

Não há desenvolvimento sustentável sem o envolvimento da questão econômica, da questão ambiental e acima de tudo da questão social. Se avaliarmos a Região Norte do Brasil, que tem a maior cobertura florestal verificaremos que são exatamente daquela região os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Isso nos traz a responsabilidade de resolver primeiro um problema interno. Como vamos valorizar aqueles que cuidaram do planeta, que cuidaram das suas florestas, que cuidaram dos seus rios? Como vamos incluir na contabilidade do nosso País a valorização e a garantia do desenvolvimento sustentável de todas essas populações, se os melhores IDHs do planeta e/ou do Brasil estão exatamente naquelas cidades que não se protegeram? Precisamos inverter essa lógica. Se estamos em busca de uma economia verde, precisamos

inverter a lógica atual, para que aquele que preservou o planeta até aqui seja compensado por isso. Precisamos resolver esse problema internamente, para fazer o debate internacional. Todos os países devem colocar no papel o seu compromisso sobre o que precisa ser feito para o desenvolvimento sustentável.

MINISTRO PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO²

Os outros Ministérios — o Governo como um todo — estão envolvidos na preparação, na organização e na negociação desse evento, mas cabe diretamente ao Itamaraty ser o porta-voz das negociações, em nome do Governo brasileiro.

A organização da preparação brasileira para a Rio+20 pode ser separada em dois planos: o nacional e o internacional.

No plano nacional, realizamos quatro reuniões da Comissão Nacional para a Rio+20, formada por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo — Senado Federal e Câmara dos Deputados —, da sociedade civil, do setor empresarial, da academia de movimentos sociais. É uma comissão representativa não só do Governo brasileiro, mas também da sociedade brasileira.

Essa Comissão produziu um documento inicial, chamado *Documento de Contribuição Brasileira à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20*, o qual foi encaminhado ao Secretariado das Nações Unidas e serviu de subsídio — não só, obviamente, o documento brasileiro, mas também o de todos aqueles países que participam da Conferência e que fazem parte das Nações Unidas — para a elaboração do chamado “*Rascunho Zero*”, o “*Zero Draft*”, o documento de base para as negociações que levarão ao documento final que vai ser assinado pelos Chefes de Estado durante a Rio+20, cujo Segmento de Alto Nível ocorrerá nos dias 20, 21 e 22 de junho.

² Discorreu acerca das negociações em curso sobre a Rio+20, no que toca ao Poder Executivo e ao Ministério das Relações Exteriores.

Além disso, temos o Comitê Nacional de Organização da Rio+20, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, do qual fazem parte representantes de outras áreas do Governo, tanto no plano federal quanto no plano estadual, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O plano internacional é o mais complexo e exige compromissos sobre textos, em um processo que se iniciou em 2010. Cabe recordar que, em 2009, uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu que o Brasil seria a sede da Conferência e definiu os dois temas-chave da Conferência: *A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza* e *A nova moldura institucional do desenvolvimento sustentável*. São os dois grandes temas da Conferência.

Houve uma série de reuniões. Foram marcadas, de acordo com essa mesma resolução, três reuniões do chamado “Comitê Preparatório para a Rio+20”. Duas delas já foram realizadas. A última acontecerá no Rio de Janeiro, às vésperas da Conferência, nos dias 13, 14 e 15 de junho.

Em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas, ocorre a segunda rodada de negociações informais da Rio+20, para tratar do chamado “Documento Final”, o documento que vai ser assinado pelos governos dos países.

O *Draft Zero*, o *Rascunho Zero*, é um documento de caráter geral, muito sintético, mais declaratório do que propositivo. Esse texto, que inicialmente tinha 17 páginas, com as emendas e sugestões feitas — e também com a técnica de colocar colchetes entre textos, para dizer que determinado país não está de acordo com o texto apresentado —, chegou a 170 páginas.

Não faltará matéria para discussão e negociação. Há um pouco de tudo. As posições dos países, naturalmente, seguem não só as suas orientações nacionais, mas também as orientações de grupos regionais e políticos, que estão conformados no âmbito das Nações Unidas.

O Brasil faz parte do chamado “G77+China”, um grupo grande, pesado, que tem uma estrutura negociadora complexa. E muitas das posições sobre o próprio texto, seja no que diz respeito à economia verde, seja no que diz respeito à chamada “moldura institucional para o desenvolvimento sustentável”, ainda não estão totalmente definidas dentro do grupo.

Vale a pena ainda mencionar outra ideia do Governo brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Governo como um todo, que são os chamados “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”. Esses Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável ocorrerão antes do chamado “Segmento de Alto Nível da Rio+20”.

Vejamos as datas, que são muitas: nos dias 13, 14 e 15 de junho, faremos a última reunião do Comitê Preparatório; os dias 16, 17, 18 e 19 de junho são justamente os dedicados aos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável; e nos três dias seguintes, 20, 21 e 22, será realizada Conferência a propriamente dita – o Segmento de Alto Nível da Conferência.

Esses Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável são voltados para a sociedade civil. Os governos não participarão desses diálogos. Nós organizaremos. Propusemos os seguintes temas: segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; energia sustentável para todos; economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; cidades sustentáveis e inovação; desemprego, trabalho decente e migrações; águas e oceanos.

A ideia é utilizar esses diálogos para convocar representantes eminentes da sociedade civil, da academia. O texto resultante será encaminhado à Conferência a propriamente dita.

Essa é a grande novidade da Rio+20 em relação a outras reuniões multilaterais desse tipo, ou seja, a possibilidade de as discussões

da sociedade civil sobre os temas listados serem submetidas à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo. Essa seria a grande novidade. E foi uma ideia do Governo brasileiro.

Mencionou que, no plano das nossas negociações, a noção de economia verde ainda não está totalmente assentada. Não há, pelo menos no âmbito das Nações Unidas, das discussões — seja do G-77, seja dos outros grupos regionais —, uma noção clara do que seja a chamada “economia verde”.

Temos algumas preocupações relacionadas a aspectos comerciais. Por exemplo: de que a economia verde possa servir como um elemento de barreiras comerciais à produção dos países e ao comércio externo dos países em desenvolvimento.

Defendemos no que diz respeito à moldura institucional, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, fortalecimento esse que se daria pelas contribuições obrigatórias e pela universalização da participação de todos os países que são membros das Nações Unidas nesse programa, o que não acontece hoje. E também defendemos o estabelecimento do chamado “Conselho de Desenvolvimento Sustentável”, que teria o propósito de unir os três aspectos, o tripé do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental propriamente dito.

HÉLDER MUTEIA

Temos um grande problema de degradação ambiental, que é uma realidade; temos o desafio da explosão demográfica — somos sete bilhões de pessoas hoje no planeta e, em 2050, seremos nove bilhões. Então, essa é uma equação extremamente importante a ser considerada. Temos as emissões dos gases, as mudanças climáticas, os desastres naturais, o problema da escassez de água.

A degradação do solo é uma grande realidade. Ao lado dela temos a degradação dos pastos e das florestas; a perda de biodiversidade; a crise energética, que também leva a algumas atitudes de desespero; e aquele que é o tema central da FAO: hoje,

um bilhão de pessoas passam fome no mundo. Com toda a evolução da Ciência, o desenvolvimento econômico e social, é uma vergonha dizer que, hoje, um bilhão de pessoas passam fome no mundo. E não é aquela fome que temos antes do intervalo do lanche, é uma fome que dói e mata.

O Brasil tem algumas situações de má nutrição, de fome em algumas regiões, mas nada comparado com a realidade que se vive na África e no sul da Ásia, onde há pessoas morrendo de fome. É uma morte sofrida: a pessoa vai definhando, até morrer sem peso, sem dignidade, desprovida de tudo.

E temos também as crises sociais, resultantes dos conflitos, das guerras. O mundo hoje também enfrenta muitas guerras, e isso traz problemas de fome, problemas de pobreza.

Estamos acelerando o desenvolvimento a custos muito altos para o nosso ambiente. E a mensagem que a FAO traz é a de que é possível, de que existe uma alternativa para encontrarmos uma forma mais sustentável de desenvolver a nossa economia, de desenvolver a humanidade, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista ambiental.

Esse novo conceito de economia verde ainda não está finalizado, mas traz novas luzes, tem bases científicas e empíricas. É possível desenvolver preservando a base de recursos que sustenta a vida no planeta. Para isso, é importante que possamos mudar os paradigmas, que comecemos a fazer as coisas de forma diferente, a ver onde estamos errados e o que pode ser melhorado.

Esse debate leva-nos a uma discussão muito importante. Porque é falsa a contradição que às vezes se estabelece entre os agricultores ou aqueles que querem fazer a agricultura e os ambientalistas. Na realidade, estamos todos preocupados com o mesmo assunto. A base de recursos que os ambientalistas defendem é a mesma base que protege o recurso que a agricultura utiliza, que são as terras, a fauna, a água. Tudo isso é uma grande preocupação para qualquer agricultor, pequeno, médio ou grande.

A ideia é a de que possamos criar um quadro que elimine essa contradição e que chame a atenção para a necessidade de fazermos as coisas de forma diferente, para preservar aquilo que é sagrado, fundamental para a vida, para que possamos deixar para as próximas gerações um mundo em boas condições, garantindo qualidade de vida para as futuras gerações.

O que a FAO vai trazer para a Rio+20 como proposta, dentro do conceito da economia verde, é aquilo que em inglês chamam de “*Greening Economy With Agriculture*” (GEWA), cuja tradução poderia ser “a contribuição da agricultura para a economia verde”. Como é que se enquadra a agricultura dentro do conceito da economia verde? Como fazer com que a agricultura jogue o seu papel, dentro daquilo que é a economia verde?

Sabemos que a agricultura ocupa 30% das terras do planeta e envolve 2,4 bilhões de pessoas. Tomando em consideração o setor florestal, 60% dos recursos naturais da Terra estão direta ou indiretamente ligados à atividade dos agricultores. Estamos falando da água, do Sol, das florestas, da fauna. Seria insensato não responsabilizar os agricultores, para que tomem conta desses recursos e assumam princípios, práticas e valores que lhes permitam exercer as suas atividades com sustentabilidade, com dignidade e também com ganhos econômicos. É importante que nós possamos fazer isso.

Cita como exemplo os recursos hídricos: da água doce que a humanidade consome 70% são utilizados na agricultura, grande parte em irrigação. Com tecnologias de irrigação que economizem mais água, teremos muitos ganhos.

Os agricultores, em algumas circunstâncias, por falta de conhecimento ou por ganância de lucros, utilizam excessivamente agroquímicos, que poluem as águas. É extremamente importante investir na formação desses agricultores, na sua conscientização sobre a necessidade de preservar os recursos naturais.

Um grande problema que enfrentamos hoje é o do desmatamento, não apenas para plantar soja — e não fala só do Brasil, mas do mundo —, mas também para criação de gado e tudo o mais. Precisamos encontrar uma forma de fazer com que os agricultores possam cumprir o seu ideal, a sua responsabilidade, que também é o ideal do mundo. Não temos outra saída: temos que continuar produzindo alimentos, mas de forma sustentável.

Esse novo conceito – GEWA –, traz a responsabilização de todos os atores. É importante que tenhamos a capacidade de envolver realmente todos neste desafio. Ninguém deve ficar de fora.

O Dr. Graziano insiste em que “a economia verde precisa da agricultura, e a agricultura precisa da economia verde, porque a economia verde vai dar a plataforma para que a agricultura possa cumprir, numa nova fase, numa nova etapa, as suas atividades com dignidade”.

Existe um grande debate sobre quais são os caminhos. O próprio conceito GEWA, que vai ser trazido pela FAO, para debate na Rio+20, não é ainda um documento acabado, mas fornece as balizas, os princípios. E é por meio do debate que vamos chegar a uma conclusão sobre o formato final dessa nova plataforma.

No Brasil há debate; é um país muito dinâmico, em que existe democracia. Estamos esperançados de que a experiência de debate, de participação, no Brasil, possa também servir de plataforma para mobilizar bons êxitos para a temática de sustentabilidade.

É preciso uma grande vontade política, uma liderança forte, quer seja no âmbito do Poder Executivo, quer seja no âmbito do Poder Legislativo. Uma liderança que possa indicar os caminhos, informada sobre aquilo que são os domínios da Ciência, que nos oriente, juntos, para um caminho definitivo, numa visão holística. É preciso levar em consideração todos os ramos da Ciência, que tem sempre um papel a cumprir.

Também é importante a mudança de atitude em relação à poluição, a como tratamos o lixo, em relação ao desperdício de alimentos. Há estudos que demonstram que o alimento produzido hoje no mundo, se fosse bem distribuído, daria para alimentar todo o mundo e ainda teríamos sobras.

É importante um grande investimento em Ciência. As nossas lideranças precisam ser municiadas de informações pelos nossos cientistas. Devemos continuar investindo na Ciência, na educação.

Precisamos, ainda, abordar a problemática do gênero. O Brasil já está resolvendo esse problema do desequilíbrio do gênero, comparado com o contexto africano, em que a mulher é muito sacrificada e muito pobre. O mundo tem de resolver essa questão do equilíbrio de gênero com muita seriedade. No sul da Ásia, na África, nos lugares em que há mais pobreza e mais fome, a mulher tem problemas de acesso à educação e, portanto, é encurralada na pobreza.

A economia verde tem que criar condições para que possamos apoiar os pequenos agricultores vulneráveis e encurralados na pobreza, para que obtenham as condições básicas e mínimas para cumprirem a sua missão com dignidade. Que lhes sejam oferecidas alternativas. Não devem continuar encurralados na pobreza. E, do mesmo modo que pessoas, os países mais pobres também atuam com políticas de desespero, erradas, porque estão encurralados.

É importante que possamos levar a mensagem das boas práticas de conservação do solo, do controle integrado de pragas e doenças. São ações concretas que podem ser transmitidas aos agricultores.

O GEWA, que significa desenhar ou aprimorar o papel da agricultura dentro da economia verde, baseia-se em quatro pilares: a integridade ambiental; a estabilidade econômica, que é fundamental; o bem-estar social — nós somos seres humanos e devemos viver com dignidade, e qualquer solução que encontremos deve garantir esse princípio básico, que é o da vida com dignidade; e a boa formação. Precisamos de lideranças fortes, de lideranças comprometidas e voltadas para o futuro.

IZABELLA TEIXEIRA

Toda conferência das Nações Unidas parte do princípio do consenso. E acolher todas as teses de 194 países significa muita negociação, significa, no momento de partida, um olhar mais conservador. O Zero Draft foi um esforço do Secretariado das Nações Unidas, de traduzir o que estava em seis mil páginas em 17 páginas.

O resultado desse esforço tem dois olhares: 1) a capacidade de colocar as questões centrais; 2) a capacidade de produzir um documento genérico. Na realidade, sai agora de 17 páginas para 170 páginas. Esse é o processo das Nações Unidas. As pessoas que estão mais acostumadas a lidar com a ONU sabem que é até razoável o documento ter 170 páginas. A pergunta que eu faço é esta: quantos colchetes há nessas 170 páginas?

Como foi dito aqui, o próprio G77+China, que é o grupo dos países em desenvolvimento e emergentes, não tem consenso entre si sobre várias teses que estão no “Documento Zero”.

E um dos pontos que leva a um debate mais crítico sobre a Conferência é o da economia verde. Todos questionam que a economia não recepciona o desenvolvimento sustentável. Então, o caminho identificado pelas Nações Unidas, certo ou errado, é o de procurar discutir o pilar econômico no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. E foi chamado de economia verde numa mobilização de países desenvolvidos, predominantemente.

O outro lado da questão é o de que o conceito não é claro; de que as teses, muitas vezes, são fundamentadas no neoliberalismo e não deixam claro se vamos gerar emprego e se isso é oportunidade para o desenvolvimento ou não; se o conceito de economia verde é inclusivo ou não.

Mesmo nos diálogos que o Governo brasileiro está promovendo informalmente com vários grupos ou blocos de países, essas questões ainda não estão claras. Nas consultas que estão sendo realizadas,

em vários grupos de países, não há uma total convergência. Isso é a democracia, o multilateralismo, a negociação.

Essas inquietações não estão só no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, mas também estão no âmbito do Governo. A maneira de se avançar a partir de uma resolução das Nações Unidas, que é ampla, é a construção de espaços específicos para o debate e para o engajamento, e não só da sociedade brasileira, mas da sociedade global. E não só naquilo que influencia as decisões da Conferência, mas também naquilo que virá no pós-Conferência. É o desafio de como nós vamos agir após o consenso geral sobre algumas teses.

O Secretário-Geral das Nações Unidas instituiu um painel para se gerar um novo relatório sobre desenvolvimento sustentável — na realidade, um desdobramento do Nosso Futuro Comum, com a participação da ex-Ministra Gro Brundtland. Foram 22 pessoas. Esse relatório tem uma avaliação política bastante robusta sobre os aspectos estratégicos da agenda do desenvolvimento sustentável nos próximos anos e quais são os desafios que se colocam.

A Conferência Rio+20 está recepcionando não só os 20 anos vividos, mas os próximos 20 anos. É isso o que ela, na realidade, coloca no jogo, embora o mandato da Conferência seja muito específico em relação à economia verde e à governança do desenvolvimento sustentável. Mas isso não exclui que se tenha um processo mais amplo de debate político, sobre as grandes questões que a ECO-92 levantou e sobre os desafios da humanidade, se é que nós vamos chegar a nove bilhões de pessoas. Esse é o tom político que está colocado sobre a mesa.

Entendo que, do ponto de vista nacional, além dos chamados espaços formais, que foram criados com a Comissão Nacional, que não se limitou a aprovar o Documento Brasil, há outras iniciativas. Só no setor empresarial, há cinco iniciativas destinadas a construir uma plataforma empresarial brasileira: do Instituto ETHOS, da FIRJAN e da FIESP, da CNI, do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBEDS) e do Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social. São cinco interlocuções distintas, com focos distintos — muitos deles, convergentes — em torno da pauta da Rio+20. Estamos fazendo um esforço para que seja proposta uma plataforma empresarial brasileira, que possa ser objeto de entendimento e de convergência dos compromissos que podemos e devemos assumir na fase pós-Conferência.

No Fórum Social Temático, houve um pleito muito forte em três linhas: direitos humanos, juventude e a redução de desigualdades. Mas em qualquer solução econômica, tem-se que se trabalhar sobre essas questões em conjunto.

Há um debate forte, representado pelo Pinguelli, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e por outros atores, sobre a mudança do clima. Qualquer que seja o debate sobre economia verde, qualquer que seja o avanço ou não sobre a questão do desenvolvimento sustentável, clima é questão determinante, assim como a conservação da biodiversidade.

No Riocentro, o Brasil vai promover um grande evento sobre combate ao desmatamento e sobre a questão de clima. E teremos também um encontro mundial de Parlamentares, que trabalharão o papel do Legislativo. Haverá, também, um encontro mundial de juízes. Tudo isso é necessário para dar robustez à Conferência e ao pós-Conferência.

Hoje, temos hoje os melhores e os piores momentos do planeta. Todos os dias, temos milhões de escolhas, todos tomamos decisões que influenciam o nosso futuro: as pessoas, individualmente, os homens de negócio, o Governo. A questão central é que nós temos um conceito intergeracional cujos ganhos políticos acontecerão à frente, mas cuja decisão política é de curto prazo.

Por que, se todos concordam com o desenvolvimento sustentável, ele não avança? Até os países mais conservadores, os países que não vivem na democracia, que não têm equidade em direitos humanos, mesmo esses países concordam com a tese do desenvolvimento sustentável. No entanto, por que não avançam?

Quais são os requisitos, as questões e os gargalos que se colocam em relação a isso?

Ninguém discute o paradigma do desenvolvimento sustentável. Todo mundo concorda com o princípio de não retroatividade. Tudo o que se assegurou na ECO-92 continuará como referência dentro das Nações Unidas.

Mas duas questões se colocam. A primeira diz respeito a uma falha em relação à vontade política. Todos conseguem usar a sustentabilidade de uma maneira muito perversa. Mas as pessoas nem sequer sabem o que isso significa, não traduzem isso em custos sociais, econômicos e ambientais. Existe essa falha política de entendimento, de como trazer dividendos de longo prazo para o dia a dia de quem toma decisões hoje.

A segunda questão refere-se ao fato de que o desenvolvimento sustentável não é uma prioridade — é um conceito marginal. Ele não está no main stream das decisões das políticas econômicas e das políticas de desenvolvimento. Essa é uma visão geral de planeta, mesmo nos países mais desenvolvidos.

Há uma dificuldade política de emplacar o desenvolvimento sustentável como *main stream* das decisões de desenvolvimento. Nesse caso, a saída ou a sugestão que se faz é buscar caminhos com base numa nova política econômica para o desenvolvimento sustentável.

Mas, aqui surge mais um conflito: existe uma tese defendida por alguns países desenvolvidos de que não se deve falar em economia verde, mas sim em crescimento verde — *green growth*, não *green economy*. Isso tudo está no mesmo debate. Por exemplo, no mundo financeiro, no G-20, há um debate real, robusto, sobre *green growth*, particularmente entre os países estão em crise econômica. Esse debate está modelando, em parte, o diálogo com o setor privado, com alguns governos, com a sociedade e alguns países.

Além disso, é claro que, para avançar nessa política econômica rumo ao desenvolvimento sustentável, é absolutamente essencial

aproximar ciência ambiental de política. Quando se fala em limites do planeta, por exemplo, sem base em um dado científico, o conceito fica vago, de interesse comum, mas sem a robustez necessária para que se possa avançar naquilo que são os desafios econômicos, sociais e ambientais.

É importante que se avance na comparação dos custos de fazer com os de não fazer. Há uma dificuldade tremenda de precificação dos cursos sociais, econômicos e ambientais, de precificação de externalidades ambientais. Isto é uma tese sem consenso: o custo da ação versus o custo da inação.

Essa é uma linguagem baseada em conhecimentos técnico-científicos, é um caminho de transição. Isso tem várias leituras, mas não dá para continuar com um cenário de *business as usual*. É insustentável e excludente. Essa é uma tese que tem consenso e não é somente ambientalista, mas formulada por aqueles que estão pensando em sustentabilidade e desenvolvimento, que hoje debatem o futuro do planeta do ponto de vista do desenvolvimento. A economia verde vai trazer mais empregos e novas oportunidades de desenvolvimento.

É necessário avançar no processo de governança, na visão não só da integração, mas também a capacitação das instituições. É preciso discutir, nas Nações Unidas, sobre como mudar o *status* de avaliação e monitoramento e de governança do desenvolvimento sustentável. Seria um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas? Busca-se isso. Essa tese tem mais consenso do que a tese da Agência de Meio Ambiente exclusivamente.

Essas são as teses predominantes: deve haver fortalecimento, a curtíssimo prazo, com recursos associados — hoje, menos de 20 países contribuem para o PNUMA; deve haver uma estrutura de governança que seja mais universal; e deve ser aberto um processo, para identificar qual o formato ideal para o programa, sobre se será uma agência ou outro tipo de organismo internacional, para que seja assegurado o seu fortalecimento e a sua mudança de escala.

É isto que está sendo construído em termos de governança, o entendimento, porque o pilar ambiental deve ter o mesmo *status* de outros pilares. Isso precisa ser fortalecido.

Do ponto de vista das Nações Unidas e do que temos discutido no Brasil, vemos três coisas muito objetivas: uma diversidade de teses, um caminho para construir convergência; a exclusão de temas estratégicos, que estamos buscando incluir, como clima e biodiversidade, no arcabouço da Conferência *side event*; e, finalmente, o desafio de trazer a sociedade civil, por intermédio dos diálogos, para a construção de uma agenda brasileira ambiciosa, de transição, sobre os novos rumos do desenvolvimento sustentável no Brasil. É importante que a sociedade brasileira pactue com isso, em função da Rio+20, que imagine que novos caminhos são esses, sem retrocesso da legislação ou dos aspectos ambientais, mas com a busca de engajamento entre o socioambiental e o econômico.

Sem a erradicação da pobreza, sem o novo patamar de governança ambiental e sem uma economia que pense e incorpore os custos do desenvolvimento sustentável, será impossível avançarmos em uma agenda mais robusta desse modelo de desenvolvimento.

Esse é o caminho que estamos buscando na interlocução com o Governo brasileiro, que não se limita ao Ministério do Meio Ambiente. Chamo atenção para o fato de que o Governo está, na realidade, buscando a interlocução com outros Ministérios. Daí a importância, na Comissão, de toda a Conferência estar centrada, além do Ministério das Relações Exteriores, também nos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e da Fazenda. Os três estão trabalhando com essa visão de como vamos caminhar, pós-Rio+20, com relação aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento no Brasil e no planeta. Que não tenhamos retrocessos no Código Florestal e nas novas legislações ambientais.

SÉRGIO BESSERMAN

No século XIX, dois jovens, Karl Marx e Friedrich Engels, escreveram um rascunho e guardaram-no na gaveta. Esse rascunho começava com uma frase, da qual eles não gostaram porque riscaram. Quando o rascunho foi descoberto, essa frase foi tão genial que hoje faz parte do texto que se chama ideologia alemã. Esta frase é a seguinte: só existe uma ciência, a ciência da história; só existe uma realidade, a realidade histórica.

A Rio+20 é um momento de um grande processo político. Estamos no olho do furacão. Estamos dando início, ao longo dos próximos anos e décadas, às maiores transformações econômicas, sociais, políticas e do pensamento humano, em toda a história da civilização, quer façamos o que é necessário, quer não façamos nada. Isso é importante compreender. Não existe economia verde, não existe problema do meio ambiente; existe um momento histórico em que o rumo atual, o modo de produzir e consumir da civilização, no momento, esbarrou nos limites do planeta. O que era uma discussão teórica vinte anos atrás, na Rio-92, já não é mais.

O contexto histórico era da seguinte ordem: vínhamos de Thatcher, Reagan, George Bush pai, com um otimismo ingênuo de que a História havia terminado, de que nunca mais haveria grandes crises econômicas, de que o mercado e a humanidade, com a sintonia fina dos bancos centrais, a Internet, poderiam enfrentar qualquer que fosse o desafio. Havia a ideia ingênua de que estaríamos entrando num novo renascimento ou coisa que o valha.

Quando a Conferência se reúne no Rio de Janeiro (Estocolmo+20), que foi a Rio-92, para discutir desenvolvimento sustentável, a ciência apresentou a realidade irrefutável de que nós tínhamos grandes problemas pela frente.

Vinte anos depois, a realidade é muito diferente. Em primeiro lugar, sabemos que a história absolutamente não havia terminado. Estamos frente à maior crise econômica desde 1929. Nenhum dos desequilíbrios macroeconômicos globais fundamentais, que levaram

à crise, foi ainda sequer enfrentado. Portanto, continuaremos a conviver com a crise ainda por um bom tempo. A ciência continuou trabalhando, nesses 20 anos, com mais dinheiro para pesquisar, em função das preocupações de todos nós, e nenhuma das decisões da Rio-92 foi implementada numa escala que mereça atenção. Em 2012, o otimismo ingênuo já se foi, a humanidade se reúne, e não se sabe se haverá a coragem ou não – este será o aspecto mais decisivo da Rio+20: não será a profundidade intelectual, será algo que caberá aos políticos do mundo –, de encarar a realidade, que hoje não é mais ciência complexa, mas uma álgebra quase simples de que temos gigantescos problemas e uma janela na história, uma janela de oportunidades, de dez a vinte anos, para resolver; ou então ela não vai ter a coragem de fazer face a esta realidade.

Economia verde é economizar um recurso aqui, economizar um recurso acolá e jogar uma purpurina verde para se continuar fazendo as coisas do mesmo jeito? Ou economia verde é a busca de um modo de produzir, de consumir e de desenvolvimento humano que não esbarre nos limites do planeta? Porque esse “esbarrar nos limites do planeta” trará muito custo, muito sofrimento desnecessário, no futuro. Não se trata do fim da humanidade, de apocalipse; trata-se da mesma história de sempre: os pobres do planeta, desta vez contadas às centenas de milhões de pessoas, que são as que estão em posição mais vulnerável e que têm menos recursos para se defender, irão sofrer muito.

Chama a atenção para a fragilidade das divisões: meio ambiente, economia etc. Não há problema nenhum em relação ao meio ambiente. Isso é uma grande bobagem. Essa oposição entre preservação e conservação ambiental, de um lado, e de crescimento econômico, luta contra a pobreza, desenvolvimento do espírito humano, de outro, é um anacronismo do século XX. Corre da onipotência narcísica da humanidade, que ouviu que somos feitos à imagem e semelhança de Deus, e entendeu errado que somos deuses. Não temos poder nenhum para fazer mal à natureza do planeta. Quem quer que esteja nessa luta achando que “Precisamos salvar a natureza do planeta. Temos que ter responsabilidade. Estamos estragando a natureza, vamos salvá-la”, isso tudo é bobagem! O nosso

tempo é um – e curto. Vivemos por volta de 80 anos; Jesus esteve aqui há dois mil anos; a civilização tem sete mil anos; a agricultura, onze mil anos; e o primeiro bebê idêntico a nós, *Homo sapiens*, que, bem educado, estaria aqui, concordando, discordando ou pensando em outra coisa, tem apenas 200 mil anos. A vida no planeta tem três bilhões e 600 milhões de anos. E só a vida pluricelular, essa biodiversidade que amamos, tem somente 650 milhões de anos. Vocês conseguem pensar nisso? Se projetarmos num relógio de 24 horas, isso significa que nós chegamos aqui nos últimos segundos. Nas 23 horas, 59 minutos e muitos segundos. E o planeta já passou por problemas incomensuravelmente maiores do que tudo o que a humanidade possa sonhar em fazer para daqui a 500 anos. É desse jeito que damos nomes às eras geológicas: Paleozoico, era da vida antiga. Aí, veio o Apocalipse, e ela acabou. Se a humanidade existisse naquela época exatamente como existe hoje, a chance de sobrar um de nós seria zero. Nós somos o topo da cadeia alimentar. Mais cinco a dez milhões de anos depois está tudo aí de novo. Veio o Mesozóico, a era da vida média, que acabou, de novo, numa extinção, ao final do Período Cretáceo. Então, o planeta já passou por cinco apocalipses, muito superiores à tese de fazer explodir todas as bombas nucleares e botar para fora toda poluição que a gente possa fazer. E o foram incomensuravelmente superiores. Pelo tempo da natureza, cinco milhões, dez milhões de anos depois, ela se recupera.

Aquela ideia de preservação e conservação ambiental, de um lado; e de crescimento econômico e combate à pobreza, no outro extremo, isso não faz sentido. Quem mais sofrerá com a crise ambiental são os pobres.

Relativamente à Amazônia, havia antes uma hipocrisia: precisamos ocupar, crescer, botar gado, botar boi, população, por razões de crescimento econômico e soberania nacional etc. Trata-se de uma argumentação hipócrita. Ela caiu. Ninguém mais diz isso hoje. Aí, surge uma nova hipocrisia: se vivem na Amazônia vinte milhões de pessoas, nós precisamos então botar mais bois, crescer, para que elas saiam da pobreza. Ora, aquele é o pior IDH do Brasil. O IDH do arco do desmatamento é muito pior do que o IDH da Favela da Maré e do Complexo do Alemão. É isso que querem oferecer para

esses vinte milhões de pessoas? É mais ocupação extensiva, mais grilagem, em nome do combate à pobreza?

Essa hipocrisia não se sustenta na realidade dos fatos. O mesmo vale para o planeta. A ideia de continuar com o atual modo de produzir e consumir em nome do combate à pobreza é uma falsidade! Quem irá se mover por conta da elevação do nível do mar serão 20% da população de Bangladesh e muitos outros ao largo de todo o planeta, e quem já sofre com os eventos climáticos extremos são os que estão em posição vulnerável. Quem irá sofrer problemas de segurança alimentar por conta da desertificação ou da perda de qualidade dos solos são as populações pobres.

Há uma única realidade: a econômica, a social e a da nossa relação com os limites do planeta. Não estamos falando em esbarrar nos limites do planeta amanhã; estamos falando que já perdemos o bonde da história.

Em relação às mudanças climáticas, aquelas que são o problema mais grave, mais urgente, mais profundo, o tempo já passou. Se o limite do perigo é de 2°C, isso já é muito grave. Mais do que isso, a gente começa a correr riscos que ninguém na vida cotidiana ou nos negócios consideraria racional assumir. Não temos nenhuma chance de aquecer por apenas mais 2°C. Se fizermos uma gigantesca revolução, talvez consigamos ficar em 3°C. Parece pouco, mais isso já é 50% acima do limite do perigo.

Um fantasma assusta o planeta: o atual desenvolvimento insustentável, que tem que ser transformado em sustentável. E não o será na Rio+20; será no âmbito de um processo político no qual a humanidade estará frente ao desafio mais complexo e inédito da sua história, porque consciente e porque estamos sendo desafiados a fazer coisas que a humanidade jamais fez.

Em primeiro lugar, a decisão tem que ser da humanidade. E a humanidade é um conceito abstrato, porque, no concreto, nós somos indianos ou paquistaneses, israelenses ou palestinos. Pela primeira vez, teremos que tomar uma decisão global. Nunca o

fizemos, e quando fazemos nos dias de hoje, como na *Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade*, em Nagoya, a lacuna de governança global é de tal ordem que não faz a menor diferença. Ter acordo, como em Nagoya, sobre biodiversidade, ou não ter acordo nenhum, não faz a menor diferença. O que era bom de acontecer iria acontecer, e os desastres pela frente acontecem da mesma maneira. A humanidade tem que se insurgir enquanto humanidade.

Em segundo lugar, temos que tomar uma decisão no tempo. Nunca o fizemos antes.

Lembro-me de uma frase já consagrada: “*A filosofia do crescimento a todo custo é a filosofia da célula cancerosa*”. Mas também é a filosofia de cada um de nós. Não há valores, o que há hoje é crescimento, maximização da acumulação de capital, crescimento econômico. Seremos capazes de mudar isso, optando por um modo em que continue a haver crescimento, mas em função do desenvolvimento?

A linguagem às vezes trai para o bem e para o mal. Para o mal, por exemplo, em qualquer língua, ela nos separa da realidade da natureza. Meio ambiente, ambiente, *environment*, eu e o ao redor. Uma gigantesca besteira. Desde Darwin sabemos que a vida é uma coisa só, uma única história e uma única teia. Estamos destruindo a natureza do nosso tempo. Não estamos destruindo a natureza, nunca teremos capacidade para isso. Estamos destruindo a natureza da qual dependemos. Dependemos do clima, da biodiversidade, dos solos, dos recursos hídricos. Nós é que sofreremos. Nós não estamos separados dela. Somos parte dela e dependemos dela.

Mas a linguagem, às vezes, trai igualmente para o bem, na palavra desenvolvimento, ou *desarrollo*, *development*, *développement*. Isso não quer dizer crescimento a todo custo, quer dizer prefixo “des”: desfazer. Desfazer o que está envolvido, desfazer o que está arrollado, desfazer o que está envelopado — *development*.

Desenvolvimento também é crescimento econômico. Mas é muito mais do que isso. É libertar o potencial. É o que as mães querem para

os filhos. Não querem que eles apenas ganhem dinheiro, embora isso faça parte. O que as mães querem para os filhos é mais do que isso. Seja qual for o filho, vitimado por alguma doença ou superdotado, a mãe olha e diz: “Eu quero que ele realize o que ele pode ser”.

É desse desenvolvimento que a humanidade precisa. Esse é o desenvolvimento sustentável. Mas ninguém sabe o que ele é. É do nosso tempo histórico encontrar a resposta para essa linda pergunta.

SANDRA RIOS

As questões do desenvolvimento sustentável já estão influenciando os fluxos de comércio, as decisões de investimento e as percepções sobre política industrial. É fundamental entender um pouco melhor o tema referente a desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, mudanças climáticas, suas implicações sobre políticas públicas, políticas industriais e políticas comerciais.

A questão da mudança climática é determinante para o debate sobre a transição para a economia verde, queiramos ou não. Se é determinante, é inescapável. Portanto, é preciso que se comece a pensar e a debater esse tema de forma um pouco mais decisiva e mais detalhada, em relação ao que temos feito até agora.

Chama a atenção para a percepção de que há uma desconexão no Brasil entre as agendas de mitigação de emissão de gases de efeito estufa e a agenda de transição para a economia verde ou para uma economia de baixo carbono. Essa é uma peculiaridade do Brasil, é um caso diferente do de países desenvolvidos ou de outros países em desenvolvimento, onde essas duas agendas estão muito mais conectadas.

Por que essa é uma peculiaridade do Brasil? Porque, de um lado, no Brasil, a intensidade da emissão de gases de efeito estufa está centrada na questão do desmatamento e, de outro lado, porque nossa matriz energética é relativamente limpa, sobretudo se comparada à dos outros principais atores da economia internacional.

Essa característica brasileira tem levado a uma menor atenção sobre as políticas econômicas, particularmente as políticas industriais relacionadas à transição para a economia verde. Temos centrado as nossas atenções na questão do desmatamento. Com isso, temos conseguido avanços importantes em relação à agenda de mitigação de emissão de gases de efeito estufa. Mas, não estamos preparando, por meio de políticas públicas, a estrutura produtiva brasileira que seria desejável para uma economia de baixo carbono, se pensarmos em vinte anos para frente.

A agenda de desenvolvimento sustentável traz um novo sentido para a política industrial: utilizar os instrumentos de política pública para orientação da economia em direção a um processo e a uma estrutura produtiva de caráter mais limpo e mais sustentável.

Basicamente, temos três conjuntos de instrumentos de políticas que podem ser utilizados. O primeiro diz respeito à remoção das barreiras ao crescimento verde. Isso tem a ver com o debate sobre subsídios à produção intensiva em emissão de carbono. Isso se refere particularmente aos subsídios ao consumo de combustíveis fósseis.

Há a questão da remoção das barreiras ao comércio de bens ambientais. Para o Brasil, as barreiras à exportação do etanol simbolizam bem esse aspecto. Há todo o debate sobre regulação, discute-se se o mercado vai ser suficiente para lidar com essa questão. Parece evidente que a regulação é fundamental para lidar com as inúmeras falhas de mercado relacionadas à mitigação de emissão de gases de efeito estufa.

E há a questão da implementação de medidas que promovam a difusão de novas tecnologias, de financiamento para adaptação à reconversão.

De modo geral, há duas importantes dimensões da política industrial verde – se quisermos chama-la assim – que se contrapõem. É importante que discutamos isso, pelo menos como marco teórico. Existe a dimensão da reconversão para a economia verde. Trata-se de reverter o processo produtivo em um processo produtivo

mais limpo. Esse é um processo inescapável, que os países terão que perseguir, seja como resultado de negociações e compromissos internacionais, seja como decisão doméstica no sentido de se atuar na direção do desenvolvimento sustentável.

Essa agenda de reconversão requer forte intervenção do Estado para dotar as economias dos países de condições, de instrumentos políticos e econômicos para que caminhem no rumo do processo de reconversão. O problema é que, de modo geral, essa é uma agenda defensiva.

Sempre que se fala em reconversão industrial, pensa-se que a essa reconversão estarão associados custos e que esses custos geram impactos negativos sobre a competitividade. Quando ocorrem impactos negativos sobre a competitividade, há imediatamente a preocupação com as barreiras que podem ser criadas ao comércio, como reação a isso. Essa é uma discussão absolutamente legítima.

Mas, a segunda dimensão das políticas industriais verdes tem relação com as oportunidades. Um país pode enfrentar esse processo de reconversão, buscando forçar sua indústria a se voltar um pouco mais para o desenvolvimento verde, importando tecnologias, importando produtos. Não necessariamente esses novos produtos e essas novas tecnologias têm que ser produzidas domesticamente. Mas, se encaramos esse processo como uma nova oportunidade de crescimento, percebemos que a agenda de inovação verde é uma agenda fortemente portadora de oportunidades.

A economia brasileira tem as vantagens comparativas necessárias para o desenvolvimento nessa direção. A indústria brasileira já se deu conta disso. Há um forte sentimento de que existem oportunidades, mas não temos instrumentos de política econômica e industrial suficientemente mobilizados para estimular que o processo se dê dessa maneira.

Temos estudado os casos de política industrial em países que vêm apoiando esse processo. É o caso da Coreia e da China. O Brasil não tem que adotar os mesmos instrumentos que a China vem

adotando, porque há uma série de questões institucionais. Temos que tomar cuidado quando pensamos em políticas industriais. De qualquer maneira, é importante olhar o que a China está fazendo.

Quando observamos a experiência brasileira recente, o que percebemos é uma enorme contradição. De um lado, há esforços importantes de mitigação de emissões relacionados à redução do desmatamento, mas o Brasil tem reagido, em termos de política industrial, com instrumentos voltados para aumento da produção, estímulo à produção de bens industriais, sem incluir condicionalidades para o desenvolvimento verde nem oferecer instrumentos de estímulo a essa produção.

É fundamental a combinação de regulação, precificação e oferta de condições de financiamento e de estrutura tributária que possa estimular esse processo de desenvolvimento e de inovação.

Não existe contradição entre transição para a economia verde, transição para a economia de baixo carbono e crescimento, particularmente se estivermos pensando em crescimento sustentável. Existem inúmeras oportunidades para serem exploradas. O Brasil tem condições de enfrentar essa agenda. Precisa é de um ambiente político-institucional e de instrumentos de política industrial e econômica que sejam compatíveis e estimulem esse processo.

Se entrarmos um pouco mais nesse debate e procurarmos discutir os instrumentos de política possíveis de serem adotados, estaremos mais bem preparados para enfrentar as negociações internacionais, com posições mais coerentes com a nossa visão de futuro.

DEPUTADO ALFREDO SIRKIS

A Rio+20 tem duas grandes características. Por um lado, é uma Conferência oficial das Nações Unidas, com 193 países que precisam decidir por consenso aquilo que conseguirem aprovar. Por outro lado, é um processo político multifacetado que envolve segmentos da sociedade internacional e da sociedade do país que está sediando

essa reunião, onde é possível se avançar politicamente. Refiro-me à mobilização em torno de ideias e de propostas dentro da nossa sociedade e do mundo como um todo, da sociedade civil globalizada. Diante disso, temos de escolher qual é o nosso caminho, o nosso nicho.

Existe, com legitimidade, uma quantidade enorme, uma plethora de discussões sendo colocadas na Rio+20 que não são os dois temas da conferência oficial, que vêm a ser economia verde e governança.

Em termos de governança, nada vai acontecer. Vão mudar o nome de um programa, que é o PNUMA, para uma agência e vão transformar uma comissão em conselho. Seria outra discussão saber por que nada vai mudar em termos de governança. Mas a realidade é essa.

Onde pode eventualmente haver algum avanço, desde que, de fato, as coisas mudem profundamente, é na questão da economia. Não é muito feliz a escolha do nome “economia verde”, porque esse é um conceito confuso, traz ruído de comunicação e uma série de polêmicas que não tem nada a ver com aquilo que se quer discutir. As pessoas que não têm discurso, que estão presas ao passado, a polarizações do passado, de repente, descobrem um mote para começar a discutir se é neoliberalismo ou não, quando o neoliberalismo está enterrado. Não é essa a discussão.

A melhor forma de discutir o assunto é sair do campo conceitual e ir para o campo prático. A Conferência das Nações Unidas, em vez de fazer um documento de mais de 100 páginas, deveria considerar alguns pontos para tentar avançar.

Em primeiro lugar, temos que discutir e questionar profundamente o PIB como o grande indicador em termos de desenvolvimento. Por exemplo, na Ilha de Espanhola abriga dois países, a República Dominicana e o Haiti. Ao longo da história, a República Dominicana preservou as suas florestas, e o Haiti destruiu completamente as suas. Quem sobrevoa a Ilha de Espanhola vê, de um lado, a parte florestada e, do outro, a parte completamente desmatada. Isso coincide com a fronteira dos dois países. Hoje em dia, o Haiti é o país mais pobre da região, com uma série de situações

que conhecemos. Quando se deu esse processo? Durante a fase em que se promovia esse amplo desmatamento, como se comportavam os PIBs do Haiti e da República Dominicana? É claro que o PIB do Haiti estava alto e o da República Dominicana estava baixo. Só esse exemplo nos mostra que o PIB, simplesmente, não quer dizer nada.

Uma comissão de notáveis, tendo à frente Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, foi encarregada pelo Presidente Sarkozy de elaborar um estudo sobre um novo indicador. O documento foi redigido em uma linguagem acessível a cada um de nós, que conseguimos entender rapidamente.

Deveria haver uma simplificação, sendo incorporados alguns vetores fundamentais em termos ambientais e sociais. A ONU tem condições de fazer isso a tempo da Conferência no Rio? Não. Mas ela pode aprovar como princípio o fato de que precisamos de um novo indicador. Se a Conferência for capaz de fazer isso, já será um avanço fantástico.

O segundo ponto refere-se à recomendação para que os países alterem os respectivos sistemas tributários. Não seria aumento da carga tributária, pelo menos não em todos os países — alguns, de fato, precisam aumentá-la. Seria considerada, ao menos, a substituição de tributos que são regressivos do ponto de vista ambiental e social por tributos que levem em conta questões como intensidade de carbono e biodiversidade.

Toda política de taxação, de subsídio, de não taxação precisam ser revistas à luz da preocupação com as mudanças climáticas e com a extinção da biodiversidade no planeta. Isso tem que ser uma parte integrante dos critérios que compõem os sistemas de tributação dos 193 países que estão na Conferência.

Também tem que se discutir a questão de taxas internacionais. Há toda uma discussão sobre a *Tobin tax*. Neste momento os recursos nas mãos dos Estados nacionais e dos Governos são relativamente limitados. Há trilhões de dólares nas mãos do capital especulativo. Tem que haver uma estratégia inteligente para

direcionar esses recursos para uma economia produtiva, de um lado, geradora de emprego e renda, e de baixo carbono, de outro. Um dos instrumentos nesse caso pode ser uma taxa, como a *Tobin tax*, em uma perspectiva que estimule a economia de baixo carbono e a preservação da biodiversidade.

O terceiro ponto seria o investimento público no campo dos 193 países e das agências multilaterais. Seria um *New Deal* planetário, com grande investimento público gerador de empregos nas áreas de reflorestamento, recuperação ambiental, energias limpas e renováveis, saneamento, habitação, com toda a perspectiva verde incorporada, evidentemente. Uma coisa é construir casas e edifícios totalmente divorciados do ambiente natural, outra é fazer isso com aquecimento solar de água, energia solar, economia de eletricidade, de água. Cabe, então, um grande investimento público, uma visão *neokeynesiana* com conteúdo de economia verde.

Finalmente, outro ponto a considerar é o valor econômico dos serviços ambientais prestados por ecossistemas. É totalmente absurdo que os serviços que são prestados pela Floresta Amazônica, pelo Pantanal, pelos manguezais – que o novo Código Florestal quer destruir – sejam considerados como algo que não vale nada. Tem que haver o reconhecimento do valor econômico intrínseco desses serviços ambientais.

Há outras importantes questões que poderiam ser consideradas. A Conferência não estaria perdida, se fosse capaz de definir esses quatro pontos como princípios válidos para serem posteriormente esmiuçados. Já seria um avanço.

Sobre a definição de metas, afirma que seria positivo que a Rio+20 as definissem numa série de campos. Mas, não se deve esquecer que já definimos metas: a Agenda 21, aprovada na Rio-92, é um conjunto de metas e ações; existem as Metas do Milênio. Porém, é complicado começar a definir novas metas sem fazer o balanço daquelas que anteriormente estabelecemos.

Um dos grandes problemas da Rio+20 é que não está previsto um momento em que se realize, de fato, um *follow up*, um *check-list* da Rio-92. Se temos uma Conferência que fecha um ciclo iniciado há 20 anos pela Rio-92, deveria ser feito o *check-list* da Convenção sobre a Mudança do Clima, da Convenção sobre a Diversidade Biológica, da Convenção da Desertificação e da Agenda 21, para ver o que fizemos, onde avançamos ou não. Para estabelecer novas metas, o que acha louvável, temos de fazer um balanço do que aconteceu com as metas que anteriormente foram fixadas.

Sobre a questão do clima, é evidente que não pode haver discussão de economia verde nem de governança internacional que esteja divorciada da discussão sobre o clima. Como isso é impossível na Conferência oficial, as Subcomissões Rio+20 do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, das Comissões de Meio Ambiente, de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia, com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Governo do Estado de Pernambuco e de algumas organizações não governamentais, tiveram a iniciativa de organizar o Desafio Rio-Clima, *Rio Climate Challenge*. É uma simulação, entre grupos de contato de diversos países, do que seria um acordo internacional que atendesse, de fato, aos parâmetros da ciência.

Hoje, o IPCC diz que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre não pode ultrapassar 450ppm. Para termos 50% de chance de que a temperatura se mantenha em 2°C, é necessário manter a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera nesta proporção, de 450ppm. Há, contudo, um abismo em relação ao conjunto de metas obrigatórias assumidas pelos países signatários do Anexo I do Protocolo de Kyoto e as chamadas NAMAs, as metas voluntárias. Se todos cumprirem religiosamente isso tudo, ainda assim haverá uma distância abissal, chamada de gap, no linguajar climático internacional.

Então, o objetivo da *Rio Climate Challenge* é ver o que seria necessário para, de fato, lidar com o gap e mostrar para a sociedade global, diante da emergência planetária relacionada à questão climática, que é possível e necessário proceder dessa maneira.

Provavelmente teremos mais de um cenário a respeito de como isso pode ser alcançado.

DEPUTADO IVAN VALENTE

A Rio+20 é um grande palco. Ela não muda a economia, não muda os processos que estão em evolução. O que a economia verde pretende discutir? Seria o modo de produzir e consumir de maneira diferente? É a economia de baixo carbono?

Sabemos que os protocolos, na maioria das vezes, não são cumpridos, como é o caso do Protocolo de Kyoto. Sabemos que questões centrais da atualidade, como biodiversidade, mudanças climáticas, não estão na pauta da Rio+20, mas podem ali ser colocadas. Esse é ponto. O colocar depende muito da forma como se traduzem na política as questões. Para mim, discutir Rio+20 é discutir economia mundial. Discutir economia mundial é a solução que os europeus estão dando. Eles exigem cortes monumentais e sacrifícios brutais, por exemplo, do povo grego, exigem que juntem 13 bilhões de euros, e depois o Banco Central europeu dá um trilhão de euros para livrar os banqueiros europeus. Ao mesmo tempo, a FAO está falando de fome na África e no mundo.

Enquanto existir economia especulativa, não existirão soluções imediatas. É criminosa a forma como hoje são geridos os recursos. A economia é de papel. Existem mais de 40 trilhões de dólares girando pelo mundo, enquanto o PIB real talvez seja menos de um décimo disso, o PIB da indústria, da produção agrícola etc.

O Brasil é a quinta economia do mundo, é um dos maiores territórios do mundo, é o país que tem grandes vantagens comparativas: água e biodiversidade. O Brasil tem voz. Essa é a questão. Então, o Brasil pode fazer desse palco um espaço importante, central, para apresentar propostas relativamente à questão climática, à produção econômica, à geração de energia, a matrizes desse tipo. O Brasil tem condições de desempenhar um papel de vanguarda, algo que não tem visto. Ao contrário.

Mas, como vamos nos apresentar como vanguarda na Rio+20 aprovando um retrocesso brutal do Código Florestal? Menciona também a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, que retira do Poder Executivo a capacidade de demarcar terras indígenas, terras quilombolas e unidades de conservação. O que é isso? É com essa aura que o Governo brasileiro vai entrar numa conferência como a Rio+20? Ao contrário, deveríamos ser o exemplo.

Para nós, estes são pontos centrais da Rio+20: discutir a questão climática, discutir a questão da biodiversidade, debater sobre a economia mundial, mobilizar a sociedade. Isso levaria o Brasil a ter um papel de vanguarda.

Antes disso, temos de fazer a nossa lição de casa: não deixar que retrocessos como os relacionados ao Código Florestal e à PEC 215 passem pelo Congresso Nacional. No caso do Código Florestal, como não se trata de emenda constitucional, que ao menos a Presidente da República vete os dispositivos que anistiam os responsáveis pelo desmatamento.

DEPUTADO FERNANDO FERRO

Afirma que trabalhou por mais de um ano na Câmara dos Deputados com a elaboração de uma proposta de marco legal sobre energias renováveis no Brasil. Tínhamos uma série de projetos de lei, com diversas sugestões e propostas de utilização e de melhoria da nossa matriz energética. Essa matriz já é boa, se comparada à média mundial, mas isso não nos autoriza a ficar tranquilos. Temos que aprofundar a diversificação da matriz e a sua limpeza.

O Projeto de Lei nº 630, de 2003, do qual foi Relator, oferece uma série de sugestões para dotar o País de legislação na área das energias renováveis. Hoje, a matéria é regulamentada por meio de decretos ou de iniciativas, que, de certa maneira, propiciaram, no caso das fontes eólicas, ampliação da sua presença. Isso foi estimulado pela crise na Europa, que terminou deslocando produtores e oportunidades para

o Brasil e para a América Latina. Mas, deveríamos definir regras mais perenes nesse campo.

A aprovação dessa matéria poderia ser uma contribuição do Parlamento brasileiro para a Rio+20, no sentido de dotar o País de um marco legal de fontes renováveis alternativas. Temos algumas ações nesse campo, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), mas não articuladas dentro de uma visão mais global e includente, em um conceito de matriz energética limpa. Poderemos contribuir, como expressão da vontade do Parlamento brasileiro, de colaborar, não apenas no discurso, mas com ações práticas que viabilizem posturas em prol da construção de uma economia mais sustentável.

VICENTE ANDREU GUILLO

Sobre a Rio+20, concorda que o contexto geral, muitas vezes, não está carregado de otimismo, mas, a Agência Nacional de Águas vê com muita expectativa a realização dessa Conferência, particularmente em relação ao tema água. Estão fazendo um grande esforço para que o tema venha a ter relevância na Rio+20 e, particularmente, em relação a alguns aspectos.

O primeiro é o da governança. Defende que haja uma instituição voltada para o tema no âmbito das Nações Unidas.

O segundo aspecto é a relação entre mudanças climáticas e água. Quer recolocar a discussão sobre reservatórios de água no Brasil e no mundo, que considera necessários para que se possa fazer frente às grandes inundações e à seca e oferecer segurança hídrica.

O terceiro ponto está relacionado ao pagamento dos serviços ambientais, fundamentalmente em relação à proteção dos recursos hídricos na sua qualidade e quantidade.

Não dá para discutir a Rio+20 sem debater a realidade brasileira, que é influenciada e influencia a Rio+20. Nesse sentido, dialogar em relação à proposta que tem sido divulgada pela imprensa, na reforma

do Código Florestal, de redução das matas ciliares e de encaminhar para os Estados a deliberação sobre essa questão. Entende que não há base científica alguma para sustentar uma proposta dessa natureza, e isso trará prejuízos sensíveis. É só imaginar um rio que faça fronteira entre dois Estados: de um lado o Estado devastou tudo, foi até o limite do rio; enquanto o outro lado tenta proteger. Quer dizer, não há nenhuma consistência, em termos do pacto federativo, em uma proposta dessa natureza.

A ANA defende a manutenção da faixa mínima de 30 metros. Se remetida aos Estados a competência de definir essa faixa, isso deve ser no sentido complementar, ou seja, de alargar a proteção oferecida, e não no sentido de estipular qualquer limite de faixa de proteção das matas ciliares, o que teria consequências desastrosas para os recursos hídricos do nosso País.

SERGIO BESSERMAN

Em relação à mobilidade sustentável, afirma que essa é uma questão central. Oitenta por cento da população brasileira é urbana, é preciso dar mobilidade a todos.

Na cidade do Rio de Janeiro, o *Bus Rapid Transit (BRT)*, metrô sobre pneus, vai promover algo de mobilidade sustentável. Há um avanço grande também na construção de ciclovias, principalmente em áreas populares, porque a atual rede é toda Zona Sul.

Registrar esses avanços é importante, e também os há em outras cidades, mas tão importante quanto registrar o avanço, ou mais, é dizer que estamos a quilômetros e quilômetros de distância de planejar as cidades com uma mobilidade inteligente, potencializando o uso da bicicleta.

É indispensável que a macroeconomia global precifique os valores que a humanidade se dispõe a assumir, especialmente o fim da civilização dos combustíveis fósseis e a construção de uma economia de baixo teor de carbono. Isso tem que estar no preço das mercadorias, para que a economia de mercado se subordine aos

valores que vamos estabelecer. Isto é o que nós podemos chamar de revolução radical: as empresas terem um norte definido, sistemas tributários, e assim por diante. Se isso será possível ou não, é o desafio dos nossos tempos.

SANDRA RIOS

Afirma que o que falta são políticas públicas que induzam o uso de energias sustentáveis. Não tem a menor dúvida de que o resultado é redução de custo. O problema atual é que temos uma estrutura de incentivos – políticas tributárias, de financiamento e de subsídios – que é perversa e atua no sentido contrário ao que deveria atuar.

DEPUTADO SARNEY FILHO

Afirma que, com as ações que a Frente Parlamentar Ambientalista realizou ao longo de 2011 e que se encerram neste Seminário, cumpriu-se o objetivo de colocar a sociedade civil a par do que é a Rio+20.



Deputados participam do evento



Deputados Oziel Oliveira, Sérgio Macedo, Ivan Valente, Jandira Feghali e Amauri Teixeira prestigiam o evento

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

Presidente: Deputado SARNEY FILHO

1ºVice-Presidente: Deputado ARNALDO JORDY

2ºVice-Presidente: Deputado PENNA

3ºVice-Presidente: Deputada REBECCA GARCIA

TITULARES



Antônio Roberto
PV/MG



Arnaldo Jordy
PPS/PA



Augusto Carvalho
PPS/DF



Filipe Bornier
PSD/RJ



Giovani Cherini
PDT/RS



Givaldo Carimbão
PSB/AL



Irajá Abreu
PSD/TO



Leonardo Monteiro
PT/MG



Marcio Bittar
PSDB/AC



Márcio Macêdo
PT/SE



Marina Santanna
PT/GO



Mário de Oliveira
PSC/MG



Penna
PV/SP



Rebecca Garcia
PP/AM



Ricardo Tripoli
PSDB/SP



Sarney Filho
PV/MA



Vilalba
PRB/PE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

SUPLENTES



Alfredo Sirkis
PV/RJ



Antonio Bulhões
PRB/SP



Antonio Carlos Mendes
Thame (PSDB/SP)



Arnaldo Jardim
PPS/SP



Bernardo Santana de
Vasconcellos (PR/MG)



Fernando Ferro
PT/PE



Fernando Jordão
PMDB/RJ



Fernando Marroni
PT/RS



Homero Pereira
PSD/MT



Lauriette
PSC/ES



Leandro Vilela
PMDB/GO



Lira Maia
DEM/PA



Marco Tebaldi
PSDB/SC



Miro Teixeira
PDT/RJ



Oziel Oliveira
PDT/BA



Paes Landim
PTB/PI



Valdir Colatto
PMDB/SC



Zé Geraldo
PT/PA

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

Coordenador

Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

Subcoordenadores

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

Deputado PENNA (PV-SP)

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B/AM)

Secretário Geral

Deputado PAES LANDIM (PMDB-PI)

Conselho Executivo

Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

Conselho Consultivo

Mario Mantovani – SOS Mata Atlântica

André Lima – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Planeta Verde e
SOS Mata Atlântica

Fábio Feldmann – Consultor Ambiental

Edson Duarte (PV-BA)

Grupos de Trabalho

Água

Coordenador: Deputado ARNALDO JARDIM (PPS-SP)

Clima

Coordenadora: Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

Cerrado & Caatinga

Coordenadores: Senador RODRIGO ROLLENBERG (PSB-DF) e

Deputado OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA)

Zona Costeira e Ecossistema Marinho

Coordenadores: Deputados DR. ALUIZIO (PV-RJ), ARNALDO JORDY (PPS-PA) e

MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

Educação Ambiental

Coordenador: Deputado ROBERTO DE LUCENA (PV-SP)

Empresas e Responsabilidade Ambiental

Coordenador: Deputado ALESSANDRO MOLON (PT-RJ)

Energias Renováveis

Coordenador: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

Fauna

Coordenador: Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)

Floresta

Coordenador: Deputado MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

Prevenção de Desastres Naturais

Coordenador: Deputado CESAR COLNAGO (PSDB-ES)

Questões Urbanas

Coordenadora: Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

Construções Sustentáveis

Deputado RICARDO IZAR (PSD-SP)

Resíduos

Coordenador: Deputado VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS)

Sustentabilidade na Copa

Coordenador: Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

Deputados

Nome Parlamentar	Partido	UF
Ademir Camilo	PSD	MG
Adrian	PMDB	RJ
Afonso Hamm	PP	RS
Alessandro Molon	PT	RJ
Alex Canziani	PTB	PR
Alfredo Kaefer	PSDB	PR
Alfredo Sirkis	PV	RJ
Alice Portugal	PCdoB	BA
Aline Corrêa	PP	SP
Almeida Lima	PPS	SE
Amauri Teixeira	PT	BA
Andre Moura	PSC	SE
Andre Vargas	PT	PR
André Zacharow	PMDB	PR
Andreia Zito	PSDB	RJ
Antônio Andrade	PMDB	MG
Antonio Ballmann	PSB	CE
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
Ariosto Holanda	PSB	CE
Arlindo Chinaglia	PT	SP
Arnaldo Jardim	PPS	SP
Arnaldo Jordy	PPS	PA
Arnon Bezerra	PTB	CE
Arthur Oliveira Maia	PMDB	BA
Assis Carvalho	PT	PI
Assis do Couto	PT	PR
Assis Melo	PCdoB	RS
Átila Lins	PSD	AM
Beto Mansur	PP	SP
Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
Bruno Araújo	PSDB	PE

Nome Parlamentar	Partido	UF
Carlaile Pedrosa	PSDB	MG
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PE
Celia Rocha	PTB	AL
Celso Maldaner	PMDB	SC
Cesar Colnago	PSDB	ES
Chico Alencar	PSOL	RJ
Chico Lopes	PCdoB	CE
Cida Borghetti	PP	PR
Dalva Figueiredo	PT	AP
Damião Feliciano	PDT	PB
Daniel Almeida	PCdoB	BA
Danilo Forte	PMDB	CE
Devanir Ribeiro	PT	SP
Diego Andrade	PSD	MG
Dilceu Sperafico	PP	PR
Domingos Dutra	PT	MA
Domingos Neto	PSB	CE
Domingos Sávio	PSDB	MG
Dr. Adilson Soares	PR	RJ
Dr. Aluizio	PV	RJ
Dr. Jorge Silva	PDT	ES
Dr. Paulo César	PSD	RJ
Dr. Rosinha	PT	PR
Dr. Ubiali	PSB	SP
Dudimar Paxiuba	PSDB	PA
Edinho Bez	PMDB	SC
Edio Lopes	PMDB	RR
Edson Pimenta	PSD	BA
Eduardo Azeredo	PSDB	MG
Eduardo Barbosa	PSDB	MG
Edvaldo Holanda Júnior	PTC	MA
Efraim Filho	DEM	PB

Nome Parlamentar	Partido	UF
Elcione Barbalho	PMDB	PA
Erika Kokay	PT	DF
Esperidião Amin	PP	SC
Eudes Xavier	PT	CE
Fábio Faria	PSD	RN
Fábio Ramalho	PV	MG
Fábio Souto	DEM	BA
Fabio Trad	PMDB	MS
Fátima Pelaes	PMDB	AP
Felipe Maia	DEM	RN
Fernando Ferro	PT	PE
Fernando Francischini	PSDB	PR
Fernando Marroni	PT	RS
Flávia Moraes	PDT	GO
Flaviano Melo	PMDB	AC
Francisco Floriano	PR	RJ
Francisco Praciano	PT	AM
Gabriel Chalita	PMDB	SP
Genecias Noronha	PMDB	CE
Geraldo Resende	PMDB	MS
Geraldo Thadeu	PSD	MG
Giacobo	PR	PR
Giovani Cherini	PDT	RS
Giovanni Queiroz	PDT	PA
Giroto	PMDB	MS
Givaldo Carimbão	PSB	AL
Gladson Cameli	PP	AC
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Gorete Pereira	PR	CE
Guilherme Campos	PSD	SP
Guilherme Mussi	PSD	SP
Heleno Silva	PRB	SE

Nome Parlamentar	Partido	UF
Henrique Afonso	PV	AC
Henrique Oliveira	PR	AM
Hermes Parcianello	PMDB	PR
Homero Pereira	PSD	MT
Hugo Leal	PSC	RJ
Hugo Motta	PMDB	PB
Irajá Abreu	PSD	TO
Ivan Valente	PSOL	SP
Jaime Martins	PR	MG
Jairo Ataíde	DEM	MG
Jandira Feghali	PCdoB	RJ
Janete Rocha Pietá	PT	SP
Jânio Natal	PRP	BA
Jean Wyllys	PSOL	RJ
João Arruda	PMDB	PR
João Bittar	DEM	MG
João Dado	PDT	SP
João Magalhães	PMDB	MG
João Maia	PR	RN
João Paulo Cunha	PT	SP
João Paulo Lima	PT	PE
Jorginho Mello	PSDB	SC
José Carlos Araújo	PSD	BA
José Chaves	PTB	PE
José Linhares	PP	CE
José Otávio Germano	PP	RS
José Rocha	PR	BA
Jose Stédile	PSB	RS
Josué Bengtson	PTB	PA
Júlio Campos	DEM	MT
Júlio Cesar	PSD	PI
Laercio Oliveira	PR	SE

Nome Parlamentar	Partido	UF
Laurez Moreira	PSB	TO
Leandro Vilela	PMDB	GO
Lelo Coimbra	PMDB	ES
Leonardo Monteiro	PT	MG
Leonardo Quintão	PMDB	MG
Leonardo Vilela	PSDB	GO
Liliam Sá	PSD	RJ
Lincoln Portela	PR	MG
Lira Maia	DEM	PA
Lourival Mendes	PTdoB	MA
Luiz Carlos	PSDB	AP
Luiz Couto	PT	PB
Luiz Fernando Machado	PSDB	SP
Luiz Noé	PSB	RS
Manato	PDT	ES
Manoel Junior	PMDB	PB
Manuela D'ávila	PCdoB	RS
Marçal Filho	PMDB	MS
Marcelo Castro	PMDB	PI
Marcio Bittar	PSDB	AC
Márcio Macêdo	PT	SE
Marcon	PT	RS
Marinha Raupp	PMDB	RO
Mário de Oliveira	PSC	MG
Marllos Sampaio	PMDB	PI
Maurício Trindade	PR	BA
Mauro Lopes	PMDB	MG
Mauro Mariani	PMDB	SC
Mauro Nazif	PSB	RO
Mendonça Prado	DEM	SE
Miguel Corrêa	PT	MG
Missionário José Olímpio	PP	SP

Nome Parlamentar	Partido	UF
Neilton Mulim	PR	RJ
Nelson Bornier	PMDB	RJ
Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Osmar Terra	PMDB	RS
Otavio Leite	PSDB	RJ
Oziel Oliveira	PDT	BA
Padre João	PT	MG
Paes Landim	PTB	PI
Pastor Eurico	PSB	PE
Pastor Marco Feliciano	PSC	SP
Paulo Foletto	PSB	ES
Paulo Freire	PR	SP
Paulo Magalhães	PSD	BA
Paulo Piau	PMDB	MG
Paulo Teixeira	PT	SP
Paulo Wagner	PV	RN
Penna	PV	SP
Perpétua Almeida	PCdoB	AC
Policarpo	PT	DF
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Raul Henry	PMDB	PE
Rebecca Garcia	PP	AM
Reginaldo Lopes	PT	MG
Reinaldo Azambuja	PSDB	MS
Reinhold Stephanes	PSD	PR
Renato Molling	PP	RS
Renzo Braz	PP	MG
Ribamar Alves	PSB	MA
Ricardo Berzoini	PT	SP

Nome Parlamentar	Partido	UF
Ricardo Izar	PSD	SP
Ricardo Tripoli	PSDB	SP
Roberto Balestra	PP	GO
Roberto Britto	PP	BA
Roberto De Lucena	PV	SP
Roberto Santiago	PSD	SP
Roberto Teixeira	PP	PE
Rodrigo Maia	DEM	RJ
Romero Rodrigues	PSDB	PB
Rosane Ferreira	PV	PR
Rose de Freitas	PMDB	ES
Rosinha da Adefal	PTdoB	AL
Rubens Otoni	PT	GO
Rui Palmeira	PSDB	AL
Ruy Carneiro	PSDB	PB
Sabino Castelo Branco	PTB	AM
Salvador Zimbaldi	PDT	SP
Sandes Júnior	PP	GO
Sandro Mabel	PMDB	GO
Saraiva Felipe	PMDB	MG
Sarney Filho	PV	MA
Sebastião Bala Rocha	PDT	AP
Sérgio Brito	PSD	BA
Sergio Guerra	PSDB	PE
Sibá Machado	PT	AC
Silas Câmara	PSD	AM
Silvio Costa	PTB	PE
Stepan Nercessian	PPS	RJ
Sueli Vidigal	PDT	ES
Takayama	PSC	PR
Taumaturgo Lima	PT	AC
Teresa Surita	PMDB	RR

Nome Parlamentar	Partido	UF
Valadares Filho	PSB	SE
Vanderlei Macris	PSDB	SP
Vicente Candido	PT	SP
Vieira da Cunha	PDT	RS
Vilson Covatti	PP	RS
Vitor Paulo	PRB	RJ
Waldir Maranhão	PP	MA
Walter Tosta	PSD	MG
Wandekolk Gonçalves	PSDB	PA
Washington Reis	PMDB	RJ
Weliton Prado	PT	MG
Wellington Roberto	PR	PB
Wladimir Costa	PMDB	PA
Zé Geraldo	PT	PA
Zequinha Marinho	PSC	PA
Zoinho	PR	RJ

Senadores

Nome Parlamentar	Partido	UF
Casildo Maldaner	PMDB	SC
Cicero Lucena	PSDB	PB
Cristovam Buarque	PDT	DF
Eduardo Amorim	PSC	SE
Fernando Collor	PTB	AL
Francisco Dornelles	PP	RJ
Gim Argelo	PTB	DF
João Vicente Claudino	PTB	PI
José Sarney	PMDB	AP
Lidice da Mata	PSB	BA
Paulo Davim	PV	RN
Paulo Paim	PT	RS
Pedro Taques	PDT	MT
Roberto Requião	PMDB	PR
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF
Romero Jucá	PMDB	RR
Sérgio Petecão	PSD	AC
Vanessa Grazziotin	PCDOB	AM
Walter Pinheiro	PT	BA
Wellington Dias	PT	PI

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que tornaram possível a realização do *Ciclo de Palestras e Debates da Frente Parlamentar Ambientalista para a Rio+20 - Em Busca de uma Economia Sustentável*. Quando decidimos enfrentar o desafio de provocar debates em cinco regiões do país, foi preciso mobilizar uma grande equipe, desde aqueles responsáveis pela infraestrutura de cada evento, aos que viabilizaram as presenças dos principais especialistas nos temas enfocados, como cientistas, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e do Judiciário, além de líderes dos movimentos sociais representativos da sociedade civil.

Nosso agradecimento aos palestrantes Sérgio Besserman/Economista e Presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável; a Sandra Rios/Economista e Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento; ao Helder Muteia/Representante da Organização das Nações unidas para Agricultura e Alimentação/FAO no Brasil, representando o Diretor Geral, Sr. José Graziano da Silva; ao Paulino Franco de Carvalho Neto/Representante do Ministério das Relações Exteriores; ao Vicente Andreu/Presidente da Agência Nacional de Águas; ao Roberto Klabin/Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica e a Izabella Teixeira/Ministra de Estado do Meio Ambiente, pela participação e pelas palestras de alta qualidade.

Nosso carinho e agradecimento especial à participação da Deputada Rose de Freitas/Presidente em Exercício da Câmara dos Deputados; à Deputada Perpétua Almeida/Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; ao Deputado Alfredo Sirkis/Presidente da Subcomissão Especial Rio+20 da Comissão de Relações Exteriores; ao Deputado Ivan Valente/Presidente do PSOL; ao Deputado Fernando Ferro, ao Deputado Ricardo Tripoli/Relator da Subcomissão Especial Rio+20 da CMADS e ao Senador Rodrigo Rollemberg/Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, para que esse evento fosse realizado com grande maestria.

Torna-se indispensável agradecer aqui a participação e dedicação dos Deputados Márcio Macêdo, Oziel Oliveira, Jandira Feghali, Amauri Teixeira, Rosane Ferreira, Paulo Piau, Elcione Barbalho, Marinha Raupp, Domingos Dutra, Felipe Bornier, Marina Santana, Antonio Carlos Mendes Thame, Fátima Pelaes, Leonardo Gadelha, Assis do Couto, Janete Capiberibe, Wandenkolk e Bohn Gass, que muito contribuíram para a realização do evento.

Agradecemos ainda a colaboração indispensável da Câmara dos Deputados que nos deu amplo e irrestrito apoio para que esse evento fosse realizado com sucesso, nos cedendo espaço para o evento, além do incansável apoio dos funcionários da Casa, equipamentos e ajuda na divulgação das palestras e debates.

Agradecemos às Universidades Católica de Brasília, Universidade de Brasília, ao Centro Universitário Euro Americano, às Embaixadas de diversos países, à Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, às Organizações Não Governamentais, aos Ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, Trabalho e Emprego, ao IBAMA, ANA, CNI, SERPRO, OCB, FUNAI, PATRI e aos órgãos de comunicação que estiveram conosco durante todo o evento.

Como a nossa meta final era reunir numa publicação a síntese do que foi discutido em cada local, resalto o apoio inestimável da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, especialmente nas pessoas das consultoras Suely Araújo, Roseli Senna e Ana Cristina Fraga, do Departamento de Taquigrafia, na pessoa da Sra. Cassia Regina Botelho, bem como do precioso e permanente apoio da Secretaria de Comunicação Social desta Casa, da competente equipe da Coordenação de Relações Públicas, que agradeço aqui na pessoa do Sr. Flavio Elias, à equipe do Cerimonial, ao Departamento Técnico, que eternizou esse momento com ornamentação do Auditório Nereu Ramos, enfim a todos que tornaram possível esse evento, colaborando com dedicação e competência.

Destaco, ainda, o meu reconhecimento ao empenho da SOS Mata Atlântica, à Fundação Herbert Daniel, que tornou possível todos esses momentos em vídeo e a Tetra Pak que nos auxiliou

com material para o evento, entidades estas parceiras nas ações da Frente Parlamentar Ambientalista.

Para que o trabalho de vários meses alcançasse os resultados esperados, não poderia deixar de ressaltar aqui o incansável apoio dos servidores envolvidos da Câmara dos Deputados, ressaltando os trabalhos da Liderança do Partido Verde, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que aqui agradeço em nome de todos na pessoa do Aurenilton, da Frente Parlamentar Ambientalista, da Subcomissão Especial Rio+20 e do meu Gabinete Parlamentar, destacando especialmente o precioso e permanente apoio e assessoria dos meus amigos e colaboradores Edson Duarte, Susan, Renata, Dioclécio, Diva, Eduardo, Eliana, Tiago e Hellen, Jordânia da Frente Parlamentar Ambientalista, ao Mário Mantovani, Lídia, Rejane e Zenida da SOS Mata Atlântica, sem eles não chegaríamos aqui.

Apesar das diferentes e valiosas contribuições desse conjunto de pessoas, é preciso ressaltar um fator comum a todas elas, que garantiu não apenas o sucesso deste encontro em Brasília, mas que tem garantido o sucesso de outras edições: o compromisso com a sustentabilidade do planeta, o que é, a nosso ver, a principal contribuição e o motivo maior destes agradecimentos.

Aos que porventura deixei de mencionar, sintam-se agradecidos.

Um grande abraço,

Sarney Filho

CONTATOS

Câmara dos Deputados

www.camara.gov.br

Frente Parlamentar Ambientalista

www.frenteambientalista.com

E-mail: contato@frenteambientalista.com

Câmara dos Deputados, Anexo IV Gabinete 202

Telefone: 3216-5520 e ou 3215-5202

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20

www.rio20.gov.br

SOS Mata Atlântica

www.sosmataatlantica.org.br

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 142

Telefones: 3216-6521 a 6526 / 9217-5734

Fax.: 3216-6535

E-mail: meioambiente@camara.gov.br

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Proibida a venda.

Exemplares deste trabalho podem

ser solicitados no e-mail:

contato@frenteambientalista.com

meioambiente@camara.gov.br

ou

www.frenteambientalista.com



RIO+20

Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável

Realização



Apoio

